



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

AYLIN MEIRA DE FARIAS

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO – 2018

AYLIN MEIRA DE FARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia
da Universidade Federal da Paraíba,
em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO – 2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224i Farias, Aylin Meira de.

A importância do ensino da diversidade étnico-racial na educação infantil / Aylin Meira de Farias. - João Pessoa, 2018.

54 f.

Orientação: Ana Luisa Nogueira de Amorim.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação Infantil. 2. Diversidade Étnico-Racial. 3. Currículo Escolar. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira de. II. Título.

UFPB/BC

AYLIN MEIRA DE FARIAS

**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

APROVADO EM: 19/06/2018

BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB
(Orientadora)



Profª Drª Jeane Félix da Silva - UFPB
(Professora Examinadora)

Profª Drª Emília Cristina Ferreira de Barros – EEBAS/UFPB
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB
JUNHO – 2018

DEDICATÓRIA

A Deus,

Senhor, muito obrigada por me
iluminar mesmo nos momentos mais
difíceis que já passei, tu que me
conduziu para que eu conseguisse
superar todas as minhas frustrações.

Obrigada pelo teu amor.

Ao meu filho, Otto,

Filho você ainda não nasceu, mas
saiba que você vem para preencher o
que faltava em minha vida, desde que
descobri que você estava na minha
barriga, tudo mudou, o meu amor por
ti é gigante, tudo que eu faço por é
você.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me mostrado o caminho certo que eu deveria seguir e por me mandar luz todos os dias.

A minha mãe, Ana Otília e ao meu irmão Theo Meira que sempre acreditaram em mim, e me mostraram como eu poderia ser forte e superar as dificuldades da vida. Obrigada por tanto amor.

Ao meu agora marido, Daniel Wallach, que nunca soltou da minha mão, que sempre esteve presente para me apoiar e me ajudar. Amor, sem você eu não teria conseguido, obrigada por ter limpado as minhas lágrimas e ter me dado tanto conforto, e principalmente obrigada pelo nosso filho, que em breve estará em nossos braços.

A minha tia, Andréa Meira, que é a minha segunda mãe, sempre esteve pronta para me socorrer e para me abraçar. Te amo muito tia!

Obrigada a todas as minhas amigas e amigos e aos meus familiares, o apoio de cada um foi essencial, jamais me esquecerei das palavras de conforto e do carinho.

A Ana Luisa Nogueira de Amorim, por tamanha paciência e generosidade. Muito obrigada!

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.”

Nelson Mandela

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso apresenta resultados de uma pesquisa realizada com professoras da Educação Infantil acerca da Diversidade étnico-racial, e teve como objetivo geral analisar as concepções de professoras da Educação Infantil em relação ao trabalho com o tema da diversidade étnico-racial neste nível de ensino. No Brasil, mesmo sendo um país multicultural, ainda existe muitos conflitos com relação a cor da pele, os negros vivem em condição de inferioridade e de submissão, enquanto os brancos são vistos como superiores e por isso se sentem no direito de discriminar e de excluírem por conta de aspectos físicos e culturais. Atitudes de discriminação e preconceito, apesar de muitos acharem que não, já são vistas na relação das crianças umas com as outras, por isso, o ensino da cultura afro-brasileira na educação infantil é tão importante, para que desde pequena a criança aprenda a aceitar a diferença do outro e valorizar cada indivíduo pelo que é. As instituições precisam trazer essa temática para dentro da sala de aula, e o corpo docente deve estudar e se especializar diante do tema, para conseguir promover práticas promotoras de igualdade racial. A pesquisa foi de natureza qualitativa e o instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário. Com os resultados da pesquisa, ficou perceptível que ainda existe uma grande lacuna no ensino das relações étnico-raciais nas salas de aula, e por isso que é preciso pensar em um currículo escolar que tenha essa temática inserida para combater o preconceito desde a educação infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Diversidade Étnico-Racial. Currículo Escolar.

LISTA DE SIGLAS

CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Leis de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA.....	8
2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	10
2.1 BREVE HISTÓRICO	10
2.2 AS LEIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	25
3. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL	28
3.1 EDUCAR PARA A DIVERSIDADE	29
3.2 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA	30
3.3 A LEI Nº 10.639/03	31
3.4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS	33
4. METODOLOGIA	36
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICES	

1. APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA

Em um contexto em que o racismo ainda é muito evidente em nossa sociedade como um todo e levando em consideração que esse é um dos temas que mais está sendo discutido nos últimos anos e que vem alcançando maior espaço dentro das mídias sociais, faz-se necessário compreender o conceito de diversidade étnico-racial e iniciar essa discussão dentro da comunidade escolar, para assim transformar realidades que acontecem nas escolas e fora delas, e com isso contribuir com uma educação de princípios, livre de preconceitos e que cumpra com a legislação, já que estamos diante de um cenário onde a diversidade no país é pouco valorizada.

O interesse pela temática da diversidade étnico-racial na Educação Infantil surgiu quando no meu local de trabalho, uma professora do Infantil 3 foi realizar uma atividade que estava no plano de aula, em que todos precisavam circular a criança com a qual eles se identificavam, na página introdutória do livro. Na sala tinha apenas uma criança negra e ao pegar o lápis para circular a criança com quem se parecia, ela passou um bom tempo olhando para o livro sem saber qual criança ela deveria circular, já que na imagem não tinha crianças negras, apenas brancas e loiras. Naquele exato momento eu me dei conta da grande falha da escola, dos gestores e da própria professora, pois ao fazer um planejamento é preciso estar atento se esse plano de aula irá atingir a todos. A professora não teve a atenção antes de pedir para realizarem essa atividade de verificar se todas as crianças se sentiriam representadas pela imagem que tinha no livro, assim como a escola não busca ter um olhar mais sensível sobre o material didático que é utilizado na instituição. A partir desse momento, eu comecei a ver essa temática com outros olhos, e me surgiu uma indagação: Por que não iniciar um trabalho sobre diversidade étnico-racial já na Educação Infantil?

As crianças não nascem preconceituosas, elas são expostas a uma cultura que privilegia e coloca como padrão apenas pessoas de pele branca, elas olham ao redor e só enxergam exemplos de que ser negro é algo “feio”, “ruim”, e as escolas reforçam ainda mais isso quando não trabalham a diversidade e o respeito pelo outro. O ideal é exatamente trabalhar essa temática quando as crianças ainda estão na Educação Infantil, porque ela está formando sua personalidade, seus valores, e ela constrói isso através da relação com o outro, portanto se ela entende que o

colega é diferente, mas que mesmo assim eles podem trocar experiências juntos e se aceitarem como são, a escola estará construindo uma sociedade melhor e consequentemente transformando o mundo.

Deste modo, neste Trabalho de Conclusão de Curso será apresentado a importância de trabalhar a diversidade étnico-racial na Educação Infantil, cumprindo com a Lei Nº 10.639/03 que determina o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana nas escolas privadas e públicas. Assim, este trabalho teve o intuito de responder o seguinte questionamento: Qual a concepção de professoras da Educação Infantil em relação ao trabalho com o tema da diversidade étnico-racial neste nível de ensino?

Apresentou como objetivo geral: analisar as concepções de professoras da Educação Infantil em relação ao trabalho com o tema da diversidade étnico-racial neste nível de ensino. E como objetivos específicos: identificar qual a formação do educador diante do tema; e compreender como e se a professora trabalha com a proposta de diversidade étnico-racial na sala de aula.

A pesquisa foi realizada com 10 professoras da Educação Infantil, cinco professoras que atuam em escola pública e cinco professoras que atuam em escola particular. Na pesquisa as professoras responderam a um questionário com perguntas abertas e foi realizada uma conversa informal com cada uma.

O trabalho está estruturado em 6 capítulos, neste primeiro capítulo foi apresentado a importância e como surgiu o interesse pelo tema; no segundo apresenta um breve histórico sobre a educação infantil, as leis e documentos que subsidiam esse nível de ensino e a função social da escola; o terceiro capítulo mostra a diversidade étnico-racial e sua importância no ambiente escolar já nos anos iniciais; o quarto capítulo traz os procedimentos metodológicos da pesquisa; o quinto os resultados e discussões diante das respostas dos questionários aplicados com as professoras, contextualizando com tudo que foi escrito ao longo do trabalho; e o sexto e último traz as considerações finais acerca da temática abordada.

2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase de vida, esse significado é função das transformações sociais; toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel (KUHLMANN JR, 1999, p. 16).

A concepção de educação infantil hoje é bastante diferente de antigamente, hoje em dia a primeira infância é a fase das crianças até os 05 anos de idade, ou seja, é a fase que antecede o ensino fundamental. Antes se dizia que a pré-escola era de 0 a 7 anos de idade e que não era obrigatória, não era função do Estado ofertar escola nessa faixa etária, hoje a partir dos 06 anos de idade a criança já está no 1º ano do ensino fundamental e a educação infantil faz parte da educação básica e é obrigatória, a partir dos 4 anos de idade. A criança é um ser histórico e social e tem o direito de frequentar a pré-escola e a ter um ensino de qualidade, pois a educação infantil é o grande pilar de todo o ensino do ser humano, é onde as coisas começam a acontecer e que vão determinar realmente quais são os caminhos que a pessoa vai seguir durante toda a sua vida escolar.

2.1 BREVE HISTÓRICO

Na Idade Média, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, que executavam as mesmas atividades dos mais velhos. Até meados do século XIX as crianças eram cuidadas por suas mães e seus pais que trabalhavam para sustentar toda a família. Com as mudanças sociais e econômicas causadas pelas revoluções indústrias no mundo todo, as mulheres foram deixando de ser apenas donas de casa, esposa e mãe e passaram a se inserir no mercado de trabalho, assim surgiu a necessidade de abrir as primeiras creches no país para abrigar os filhos dessas mães que passaram a trabalhar nas indústrias.

As creches nesse período eram de caráter assistencial, cujo intuito era de apenas atender a classe operária enquanto trabalhavam. As creches populares eram localizadas próximas às fábricas para facilitar para as mães. Atendiam somente no que se referia a cuidar da alimentação, da higiene, de regras de como se comportar e de sua segurança física, além disso, os profissionais não tinham nenhuma formação para atuar em sala de aula, pois o propósito não era de educá-las.

Em 1840, Friedrich Froebel foi o criador dos jardins-de-infância na Alemanha, ele considerava a infância como uma fase crucial para o desenvolvimento do ser humano, defendia uma educação livre, sem exigências e as brincadeiras e os jogos como algo fundamental para a aprendizagem das crianças. (KUHLMANN JR., 1999).

Assim, em 1875 criou-se o primeiro jardim de infância particular no Rio de Janeiro, de influência froebeliana, o Colégio Meneses; em 1877, cria-se o primeiro jardim de infância particular em São Paulo, a Escola Americana; e em 1896 cria-se o primeiro jardim de infância público em São Paulo, a Escola Normal Caetano de Campos (KUHLMANN JR., 1999).

Até a criação de leis que olhassem para a real importância das crianças e da Educação Infantil de fato, foram muitas lutas e mobilizações, principalmente das mulheres, que passaram a trabalhar nas indústrias e dos imigrantes que passaram a vir da zona rural para a zona urbana em busca de oportunidades de empregos e, conseqüentemente, ocorreu o aumento da população, incluindo as crianças. Assim, foi necessário o aumento do número de creches, para suprir a demanda.

Ao longo dos anos, percebeu-se que não bastava ter instituições para “depositar” crianças, e que o ensino é a maior potência de formação e transformação social. Mais recentemente é que começam a criar leis e políticas que orientam as escolas e professores e priorizam o direito dessas crianças a uma educação de qualidade.

2.2 AS LEIS E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Depois de muitas lutas e mobilizações a Constituição de 1988, a lei suprema do Brasil, foi aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 05 de outubro, e pela primeira vez na história do Brasil uma lei colocava a criança como sujeito de direito (BRASIL, CF, 1988). Assim, a criança passou a ter um lugar social e a educação passou a ser mais valorizada, reconhecida como direito de todas as crianças e um dever do Estado, fazendo com que aumentasse o número de profissionais nessa área e de creches e pré-escolas e, conseqüentemente, a frequência de crianças na escola passou a ser bem maior do que antigamente.

A partir disso o conceito de creche se modifica, a ideia de apenas cuidar da criança não faz mais sentido, e o cuidar, o educar e o brincar passam a andar juntos. Se antes só se preocupavam com a escolarização da criança e não com a formação integral dela, depois da Constituição existiu uma preocupação em unir o cuidado com o ensinar.

Em 1990, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 que tem como objetivo principal a proteção integral da criança e do adolescente, garantindo a estes seus direitos e deveres na sociedade (BRASIL, ECA, 1990).

Desse modo, tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como a Constituição foram os primeiros passos importantes para a história da educação infantil no Brasil, e para que cada vez mais houvesse essa preocupação com a educação do país, surgindo novas leis e novos documentos definindo e mostrando como a educação infantil precisa ter o seu devido reconhecimento e como sempre se pode avançar cada vez mais.

Hoje a Educação Infantil faz parte da Educação Básica, e não é mais vista como fase composta somente pela leitura ou alfabetização, mas sim uma etapa educativa que visa o desenvolvimento integral da criança. A legislação tem sido seguida por uma série de documentos que foram elaborados ao longo dos anos e que vão definindo como a Educação Infantil deve ser organizada e as devidas mudanças necessárias para qualificar esse ensino, umas das principais mudanças foi a integração entre o cuidar e o educar.

A pré-escola é a fase de crescimento da criança, tudo o que ela tem de melhor está na educação infantil, é a base para o desenvolvimento integral da criança, é onde ela vai brincar; brincar com o sentido; brincar para aprender; para socializar; onde ela vai aprender a respeitar e aceitar o próximo; é o momento em que se vai trabalhar as questões motoras; questões físicas; desenvolver a motricidade ampla, para que ela aprenda a se organizar no próprio espaço; desenvolver a motricidade fina, onde ela vai aprender a segurar no lápis, a ter um bom traçado, o que vai dar uma boa base para o processo de leitura e escrita; aprender cores, movimentos e principalmente construir sua personalidade e seus valores (BRASIL, RCNEI, 1998; BRASIL, DCNEI, 2009).

Na Constituição de 1988 foram garantidos vários direitos, entre eles o que está nos Artigos 205 e 227:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...)

Assim, a criança e a educação passaram a ter mais atenção e a serem olhadas de outras formas, a família agora tem o dever de cuidar da criança em sua totalidade e o Estado tem o dever de proporcionar e garantir que a família possa zelar e exercer sua função, assim como o Estado precisa exercer a sua função, não adianta ser uma responsabilidade de apenas um, precisa haver uma união entre todos para possibilitar um bom futuro para as crianças na sociedade.

A Constituição de 1988 foi essencial para a valorização da educação, porém infelizmente mesmo depois de anos, essa educação de qualidade ainda não é ofertada para todas as crianças. As escolas e creches muitas vezes não estão apropriadas estruturalmente para receber as crianças, falta profissionais competentes e qualificados, não conseguem suprir a demanda de crianças, não existem vagas para atender a todos e a todas, ou nem sempre existem vagas próximas às residências de cada um, ficando ainda mais difícil o acesso à escola, fazendo com que a igualdade de oportunidades não seja para todas, por isso, entre o que está escrito na Constituição e a realidade existem muitos passos a serem dados e muito a melhorar.

Segundo o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) tem como competências a elaboração e o acompanhamento do Plano Nacional de Educação (PNE); assessoria ao Ministério da Educação; ele analisa e emite pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional; decide sobre medidas de aperfeiçoamento aos sistemas de ensino, ou seja, ele deve publicar e dizer quais são as normas que o sistema educacional brasileiro deverá seguir.

Analisando a legislação, vemos que as crianças entre 04 e 06 anos deveriam estar matriculadas nas escolas de Educação Infantil em todo o país. Em 2009 o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 59, que dá nova redação ao Art. 208: “I- Educação Básica obrigatória e gratuita dos 04 aos 17 anos

de idade, assegurada inclusive a sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiverem acesso na idade própria.”

Frequentar a escola a partir dos 04 anos de idade virou lei, ou seja, o tempo mínimo obrigatório que crianças do Brasil devem passar na escola subiu de 09 para 14 anos.

Como se percebe a Educação Infantil tomou novos rumos ao longo dos anos, as leis mudaram, as professoras agora sabem do seu papel dentro da sala de aula, há um propósito, uma clareza de que existe sim um conteúdo específico para além de só cuidar, existe uma intencionalidade educativa; é um espaço da criança construir autoconfiança, autoestima, formar suas emoções, ter relações de afeto, respeito e paz. É necessária uma proposta pedagógica que envolva todos da mesma forma, para que todas as crianças se sintam acolhidas da mesma maneira no seu ambiente escolar, os profissionais devem estar atentos para as especificidades de cada um, independentemente de sua etnia, raça, cor, origem, crença, eles devem estimular as diferentes áreas de desenvolvimento da criança. Nessa fase inicial elas precisam se sentir seguras e incentivadas para formar sua própria identidade e autonomia.

A escola deve ser pulsante e feliz e se faz necessário uma preocupação em direcionar o indicado para cada idade, para cada faixa etária, pautadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), além dela, para auxiliar os profissionais dessa área foram criados vários documentos oficiais que traçam pontos importantes para que o educador cumpra com o seu papel de formar cidadãos que vão transformar o mundo.

Na atualidade as leis que direcionam a função dos professores e professoras e da educação no Brasil são: Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº 8.069/90; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) – Lei nº 9.394/96.

Segundo Tanuri (1998), a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi em 1961, ela começou a ser debatida, pensada e formulada em 1948, ou seja, levou treze anos para ser aprovada. Como ela levou muitos anos para ser colocada em prática, ela foi aprovada com caráter de desatualização. A pré-escola ainda era entendida de 0 a 07 anos, não era obrigatória e nem função do Estado.

Dez anos depois, em 1971 nós vamos ter a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei nº 5.692/71, diferente da primeira LDB, essa segunda

leva treze meses para ser aprovada, porém não se tem muitos avanços, pois nesse período estava acontecendo a ditadura militar, onde o poder político era controlado pelos militares, o ensino era técnico, porque o que se queria era formar mão-de-obra rápida e a educação infantil ainda não era reconhecida.

Finalmente em dezembro de 1996, levando oito anos para ser aprovada, se tem a terceira LDB e a que hoje está em vigência, ela reafirma o direito a educação garantido pela Constituição de 1988, estabelece princípios da educação e os deveres do Estado em relação à educação escolar pública, definindo as responsabilidades em regime de colaboração, entre União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Segundo ela a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e o ensino superior, portanto é a lei brasileira mais importante no que se refere à educação.

A LDB nº 9.394/96 reconhece que a educação se inicia nos primeiros anos de vida, define até onde as escolas podem ir, o que elas devem fazer e qual é a obrigação dos sistemas. A Educação Infantil ganha novo impulso se tornando obrigatória, antes se dizia de 0 a 07 anos de idade, com as alterações feitas em 2013, passa a ser de 0 a 05 anos, a creche (0-3 anos) e a pré-escola (4 e 5 anos).

A escola deve ser um espaço de participação social, portanto a família e a escola devem sempre se manter unidas, valorizando a democracia, o respeito, a liberdade, a pluralidade cultural, a formação do cidadão e os professores e professoras devem observar as particularidades das crianças para que possam ajudar a desenvolverem suas habilidades e progredirem. Na Seção II da Educação Infantil, do Capítulo II da Educação Básica afirma:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em:

I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental. (LDB, 1996, p. 8).

A valorização dos profissionais da educação é algo muito importante, já que estes fazem o futuro do Brasil, formam cidadãos para o mundo e por isso que eles

precisam sempre estar aptos para isso, se formando e se profissionalizando nessa área, segundo a LDB, o Artigo 62 explicita que:

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admita para formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Sem dúvidas a Lei de Diretrizes e Bases foi um marco no Brasil, pois ela foi criada visando melhorar a educação do país, a educação é essencial na vida das pessoas, é ela que faz com que crianças e jovens deem passos largos em busca de um bom futuro, e a LDB trouxe pontos significativos que antes não eram discutidos. A educação é a união de todos, os profissionais precisam ser formados, os conteúdos precisam ser analisados de uma forma que inclua tudo que deve ser estudado em cada faixa etária, o espaço escolar precisa ter condições de receber os estudantes, a família e a escola precisam andar juntas, o Estado precisa garantir recursos financeiros e que todos frequentem os espaços escolares, visando sempre a qualidade do ensino e a LDB e outros documentos orientam para que tudo isso possa ocorrer e que o conhecimento chegue para toda a população.

Por muito tempo a Educação Infantil foi deixada de lado, não havia uma preocupação com os conteúdos para essa faixa etária, porém nos últimos anos o Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional de Educação (CNE) criaram documentos importantes para a melhoria da qualidade da educação básica de crianças de 0 a 5 anos de idade, já que as creches e pré-escolas agora faziam parte do sistema de ensino, foi necessário ter um referencial que embasasse a ação das instituições.

Em 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), o primeiro documento em âmbito nacional que dava a devida importância a educação de crianças pequenas e valorizava o papel dos educandos, dando toda a base e orientação para os professores, professoras e toda a equipe pedagógica do que deve ser e como deve ser trabalhado na Educação Infantil, os profissionais da educação precisam se apoiar nesse documento e organizar os currículos escolares de acordo com a necessidade de cada local, ele considera as crianças como seres plurais. O RCNEI está disponibilizado em três volumes: Introdução; Formação pessoal e social; e Conhecimento de mundo.

No volume 1 que é a Introdução do documento afirma:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras (RCNEI, 1998, p. 13).

O RCNEI serve como referência, cada município vai adequar o que diz o documento para a sua realidade e claro respeitando as especificidades de cada criança, seja ela emocional, afetiva ou social.

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade. (RCNEI, 1998, p.13).

O primeiro volume é introdutório que traz um contexto, ele trata de questões que são importantes na Educação Infantil, mas que não são exatamente o que vai ser trabalhado com as crianças.

Esse referencial didático e pedagógico vai trazer quem é essa criança; que conhecimentos e que bagagens culturais ela vai trazer; a organização do espaço físico; a relação com as famílias; a concepção de educação; o que é o educar e qual é o papel do professor e da própria instituição de ensino. O que se espera é que o documento seja objeto de reflexão, que se possa pensar enquanto município, enquanto Estado o que é melhor para ofertar, e o que se pode melhorar com base nesses documentos; outro objetivo é socializar informações, discussões e pesquisas para que todos possam desenvolver um trabalho de qualidade em sala de aula, e não é apenas os professores que precisam se apropriar desse documento, são todos os profissionais envolvidos.

Um dos objetivos do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil é “Contribuir para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas

identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujos direitos à infância são reconhecidos” (RCNEI, 1998, p.05). Antes a grande preocupação na educação infantil era alfabetizar a criança pequena o mais rápido possível, porém isso violava o direito da criança, atropelava o seu aprendizado, já que de acordo com a LDB e o Plano Nacional de Educação, tem até o 3º ano do ensino fundamental para que o processo de alfabetização se concretize.

Outro objetivo é o de “Contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambientes que propiciem o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural” (RCNEI, 1998, p. 05). Nem todas as crianças tem um estímulo fora do ambiente escolar, acesso a livros, acesso a cultura regional, a computador, a passeios que possibilitem conhecer a história do local que moram, por isso é importante a escola procurar proporcionar isso para as crianças.

O segundo volume, trata de dois âmbitos de experiências que são essenciais nos primeiros anos de vida, a formação pessoal e social. É um volume onde as concepções de desenvolvimento, ensino, interação, aprendizagem vão estar em maior destaque. Vai mostrar como é importante a construção da identidade e da autonomia da criança, como o professor pode ajudar a criança pequena a se entender e como agir na sociedade em que ela está inserida, é algo dialético, ao se apropriar do mundo, a criança se apropria de si mesma. As aprendizagens vão acontecer nas interações com as pessoas e as crianças podem utilizar de vários recursos para isso, como por exemplo, a imitação, o faz de conta, a linguagem, oposição, apropriação da imagem corporal; e o RCNEI vai ajudar muito os professores a perceberem e refletirem como deve ser sua atuação nos centros de educação infantil para que as crianças possam se desenvolver.

Garantir o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças é um dos objetivos centrais da primeira infância. A criança ter sua própria autonomia não significa que ela vai fazer tudo só, no início elas necessitam de alguém para acompanhar, mostrar, intervir, porque vão existir atividades complexas para elas realizarem e, portanto, alguém precisa auxiliá-las, mas com o tempo elas vão adquirindo essa capacidade e o adulto vai dando confiança para que ela tenha a autonomia de começar a fazer sozinha. É fundamental saber o momento em que a criança precisa da presença do adulto em suas ações e é isso que vai favorecer a formação de uma identidade e uma autonomia segura.

A criança forma o seu 'eu' a partir da relação com o outro, a identidade vai sendo configurada nas interações corporais, no diálogo, no toque, no olhar, nas expressões. A partir dos três anos de idade, se inicia a representação de si mesmo de maneira mais ampla, por meio de desenhos, na própria linguagem verbal, falando situações vividas fora da escola, são modos de expressar a sua identidade no coletivo.

O terceiro e último volume do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo, vem trazendo quais conteúdos são importantes para que a escola ensine as crianças, que são os conteúdos ligados à matemática, a língua, a natureza e sociedade; conteúdos atitudinais, que são como as crianças trabalham em grupo, como elas interagem, como elas se relacionam com o meio ambiente; os procedimentais, que é o saber fazer, envolvem as ações motoras e cognitivas. Nesse volume vai ter uma divisão por áreas, mas tudo está interligado, não existe separação. Os seis eixos temáticos apresentados nesse volume são: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática.

O **movimento** é o primeiro eixo do RCNEI 3, um eixo bastante importante, já que o movimento é considerado como linguagem, principalmente nas crianças menores, por ainda não falarem, não terem a verbalização, a forma delas manifestarem seus sentimentos, suas emoções, seus prazeres e desprazeres é através dos movimentos, dos gestos, das atitudes e dos olhares.

A criança conhece o mundo através do seu corpo, o movimento não é para que ela só se desenvolva fisicamente, mas que também se desenvolva do ponto de vista intelectual, cognitivo, afetivo e social, o que acaba também desenvolvendo a sua oralidade, portanto a escola e o educador precisam ter essa sensibilidade de permitir que a criança se expresse; que ela explore os diversos espaços; explore a si própria e os seus colegas, podendo trabalhar tudo isso através da música, da arte, da brincadeira, do teatro, garantindo espaços adequados que estimulem os limites das crianças, desenvolvam sua lateralidade, sua psicomotricidade, sem separar o corpo da mente, pois o corpo é a expressão da personalidade e da cultura que se está inserida.

O segundo eixo é a **música**, que deveria estar envolvida em todas as áreas de conhecimento, não dá para separar a música do trabalho que a escola faz, assim

como não pode ser separada da vida da criança, enquanto ser em desenvolvimento, é importante que faça parte da sua rotina.

Ouvir música, aprender uma canção, brincar de roda, realizar brinquedos rítmicos, jogos de mãos, etc., são atividades que despertam, estimulam e desenvolvem o gosto pela atividade musical, além de atenderem a necessidades de expressão que passam pela esfera afetiva, estética e cognitiva. Aprender música significa integrar experiências que envolvem a vivência, a percepção e a reflexão, encaminhando-as para níveis cada vez mais elaborados (RCNEI, 1998, p.48).

A música aproxima, sensibiliza, as crianças se socializam, se concentram, aprendem ritmos, aprendem canções que fazem parte da cultura de onde vivem; o trabalho com a música desperta habilidades e possibilidades do nosso corpo e da nossa mente, facilitando, assim, a aprendizagem da criança.

As **artes visuais**, que são o terceiro eixo, assim como a música, trabalham com os sentimentos e as sensações das crianças, de maneira lúdica, desenvolvendo sua liberdade de expressão, aguçando sua imaginação e criatividade já nos primeiros desenhos e pinturas, trazendo para a criança o acesso à cultura, através de grandes pintores e quadros, podendo proporcionar para elas, como atividade em sala a releitura de artistas famosos, para que elas possam conhecer mais esses artistas e aprender sobre suas obras.

O quarto eixo traz a **linguagem oral e escrita**. Na Educação Infantil as crianças vão ampliar seus conhecimentos, conhecendo as letras, conhecendo novas palavras, através da interação com outras crianças na escola e com as professoras, mesmo não sendo meta da educação infantil ensinar as crianças a lerem, desde cedo elas estão em contato com a linguagem escrita, por meio de brincadeiras, de leitura de histórias, aumentando sua capacidade de comunicação e expressão, pois a escrita tem função social e geralmente na escola, se inicia a escrita pelo nome da criança e o nome tem a ver com a identidade, pois cada pessoa constrói o seu conhecimento, mas dentro do mundo social. Como afirma o documento,

Saber escrever o próprio nome é um valioso conhecimento que fornece às crianças um repertório básico de letras que lhes servirá de fonte de informação para produzir outras escritas. A instituição de educação infantil deve preocupar-se em marcar os pertences, os objetos pessoais e as produções das crianças com seus nomes. É importante realizar um trabalho intencional que leve ao reconhecimento e reprodução do próprio nome para que elas se apropriem progressivamente da sua escrita convencional. (RCNEI, 1998, p.147).

Natureza e Sociedade é o quinto eixo do RCNEI, que integra ciências, história e geografia, com conteúdos apropriados para cada faixa etária. O eixo aborda a relação da criança com a natureza, pois na Educação Infantil tudo precisa ser muito concreto, manipulado, tocado, sentido, por exemplo, quando a criança entra em contato com a terra, ela sente a consistência, a densidade, põe água, ela tem uma interação com o meio ambiente, e esse é o processo de construção do conhecimento da criança, pelo fazer, pelo participar, por estar envolvida. Ou como afirma o RCNEI:

Quanto menores forem as crianças, mais suas representações e noções sobre o mundo estão associadas diretamente aos objetos concretos da realidade conhecida, observada, sentida e vivenciada. O crescente domínio e uso da linguagem, assim como a capacidade de interação, possibilitam, todavia, que seu contato com o mundo se amplie, sendo cada vez mais mediado por representações e por significados construídos culturalmente (RCNEI, 1998, p.169).

Os elementos que provêm da natureza são fascinantes para as crianças, e muito importantes para que elas se situem no conjunto de elementos que compõem a sua vida, portanto a escola precisa trabalhar esse tipo de conteúdo e permitir que a criança explore a natureza, ensinando-a a respeitar o ambiente em que vive.

O sexto e último eixo, é a **Matemática**. As crianças já têm contato com a matemática desde muito cedo, muito antes de ir para a escola. Solucionar problemas é uma das atividades mais essenciais da própria produção do conhecimento matemático e a escola precisa levar isso em conta, proporcionando jogos e brincadeiras que desenvolvam cada vez mais essa habilidade, ensinando o conceito de número, de quantidade, de mais e menos, de somar, de diminuir, e sempre de forma lúdica, pois ao final da Educação Infantil, uma das coisas que as crianças precisam saber é identificar os números escritos e falados em sequência ou não.

Ao se trabalhar com conhecimentos matemáticos, como com o sistema de numeração, medidas, espaço e formas etc., por meio da resolução de problemas, as crianças estarão, conseqüentemente, desenvolvendo sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, formular hipótese, deduzir, refletir e argumentar (RCNEI, 1998, p.212).

Toda hora as crianças resolvem problemas nos centros de educação infantil, a professora precisa aproveitar ou propor situações e deixar que elas se expressem, se manifestem falando, dramatizando, desenhando e assim ela discute com eles as

possibilidades de resolução do problema. A matemática não se faz só através de números, mas também com blocos, peças de diferentes tamanhos e formas, fazendo receitas e mostrando a quantidade de cada ingrediente, contando objetos que fazem parte do dia a dia das crianças, e assim a criança vai ganhando autonomia para resolver problemas. A aprendizagem da matemática se dá pela vida inteira e em cada etapa da escola se aprende mais.

O RCNEI é fruto de debates entre professores e muitos profissionais da Educação Infantil, um documento democrático que serve como guia de orientação, permitindo que os professores em cima do que é proposto adapte a sua realidade no ambiente da educação infantil, lembrando que o/a professor/a deve estar atento à pluralidade, diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural de cada criança, esses aspectos devem estar contemplados nos conteúdos trabalhados.

Anos mais tarde, o Conselho Nacional de Educação aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNEI). As Diretrizes que estão em vigor hoje (Resolução CNE/CEB nº 5/2009) foram promulgadas em dezembro de 2009 (Parecer CNE/CEB nº 20/2009) e é uma revisão e atualização das diretrizes regulamentadas em 1999 (Resolução CNE/CEB nº 01/99 de 07/04/99), resultado de muitas lutas, conquistas e avanços, esse documento reiterou a importância atribuída às creches e pré-escolas no sistema de ensino brasileiro, que já estava garantida na LDB de 1996. As Diretrizes têm caráter mandatório, ou seja, as escolas da Educação Infantil devem seguir suas orientações e deliberações.

Diretrizes é tudo aquilo que te direciona, que te dá um norte, que te mostra o percurso a seguir em um determinado trabalho, portanto as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil apresenta os caminhos a trilhar na educação, tratando de como formar professores; da elaboração e execução do currículo e do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada escola; dos direitos das crianças a educação, cultura, saúde, a cuidados, a brincar; respeitando as suas origens e as suas diversidades de credo, de etnia.

(...) cumprir função sociopolítica e pedagógica requer oferecer as melhores condições e recursos construídos historicamente e culturalmente para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais e possam se manifestar e ver essas manifestações acolhidas, na condição de sujeito de direitos e de desejos. Significa, finalmente, considerar as creches e pré-escolas na produção de novas formas de sociabilidade e de subjetividades comprometidas com a democracia e a cidadania, com a dignidade da pessoa humana, com o reconhecimento da necessidade de defesa do meio ambiente e com o rompimento de relações de dominação étnica,

socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa que ainda marcam nossa sociedade (DCN, 2013, p.85).

As diretrizes trazem a definição de Educação Infantil, que faz parte da primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos de idade em creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 a 5 anos), é de responsabilidade e obrigação do Estado, acabando com o seu caráter meramente assistencialista e desenvolvendo integralmente a criança.

A partir da Educação Infantil a instituição de ensino, que é um espaço formal e não doméstico precisa cumprir a função sociopolítica e pedagógica e complementar as ações da família e da comunidade, contemplando duas atividades muito importantes e que devem sempre estar juntas que é o cuidar e o educar, sendo um ambiente coletivo de integração social e de desenvolvimento.

As Diretrizes trazem a definição de criança como sujeito que está se desenvolvendo e têm suas próprias necessidades, ela vivencia e observa o mundo no qual está inserida, se movimenta, se manifesta de diferentes formas, se expressa, interage e assim constrói conhecimento e cultura; a definição de currículo, que é um conjunto de práticas organizado na proposta pedagógica da instituição de Educação Infantil, onde as atividades precisam ser intencionalmente planejadas em como vão ser executadas, valorizando o saber, o cotidiano e a experiência de cada criança, ampliando a sua compreensão sobre o mundo; e traz a definição de proposta pedagógica como um plano orientador, que define as metas para a aprendizagem, é a identidade da escola, portanto todos devem participar de sua elaboração, envolvendo a gestão, os professores, a família das crianças, focando nos sujeitos que estão inseridos na comunidade escolar, cada um em um contexto específico, com seus valores, interesses e suas crenças.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais afirma-se que as propostas pedagógicas devem respeitar três princípios:

- ✓ Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- ✓ Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- ✓ Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais.

A unidade escolar faz parte de um contexto social e o PPP abrange toda a unidade escolar, portanto a escola precisa elaborar o seu projeto de forma democrática, pensando na realidade da instituição, na população alvo, no tipo de criança que se quer formar, no papel da escola, no que e como ela vai passar um ensino de qualidade para essas crianças, na necessidade de se ter uma formação continuada para os seus profissionais, para um educar de forma competente e coerente.

Toda a escola deve estar atenta para desenvolver um PPP flexível, com um calendário escolar adequado para a realidade de cada povo e fazer com que desde pequena as crianças tenham uma relação de respeito pelas pessoas, e para isso as crianças precisam conviver e conhecer a cultura e a história de todos, deixando de lado o preconceito e violência com crianças de outras comunidades, como as do campo, indígenas, africanas, ribeirinhas e tantas outras, nós vivemos em um mundo com uma grande diversidade de etnias, de linguagem, de vivências, de crenças, de religiões, de classe e de raça e a escola tem o compromisso ético e sócio-político de reconhecer e valorizar cada população. Como está posto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil: “O reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.” (BRASIL, 2013, p. 21).

As instituições devem unir o educar, o cuidar e o brincar a um ambiente organizado e adequado para desenvolver as crianças cognitivamente e emocionalmente de acordo com cada faixa etária, e oferecer recursos, materiais e atividades que ajudem as crianças a ampliarem seus movimentos, suas linguagens e interações com os outros, vinculando práticas do cotidiano, como noções de higiene e de alimentação, com algum conteúdo mais sistematizado; aproveitando e estimulando sua autonomia, tornando as aulas mais prazerosas e significativas, e respeitando o ritmo e a fase de cada um.

Na Educação Infantil não tem retenção de crianças, elas são avaliadas pelos profissionais de acordo com o progresso de suas habilidades e potencialidades, sem antecipar conteúdos que só serão trabalhados no Ensino Fundamental. “A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano.” (BRASIL, 2009, p.29).

Como se percebe as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil é de grande relevância, pois para organizar a proposta pedagógica de uma

determinada instituição, o que ela vai realizar e trabalhar com crianças, ela precisa seguir as Diretrizes Curriculares, que tem uma relação direta com a prática pedagógica e com aquilo que acontece com as crianças e dentro das unidades de educação infantil.

2.3 FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A educação é importante para a formação geral do sujeito e se consegue essa formação geral a partir da apropriação de cultura acumulada pela humanidade, e dentro dessa cultura existem regras sociais, condutas, hábitos, crenças, costumes. Além de a escola ter a função de ensinar, educar e instruir para que as crianças desenvolvam suas capacidades, ela também é um instrumento de luta, tendo em vista que ela vai preparar o indivíduo para uma vida em sociedade, e uma sociedade que é regida pelo capitalismo, em que existe uma classe dominante e uma classe operária, segundo Saviani (1980) uma das funções sociais da escola deveria ser elevar o nível cultural das classes populares, já que é uma classe marginalizada, porém o que se vê, na grande maioria é que a escola acaba por reforçar ainda mais as diferenças sociais, culturais e políticas, ao invés de proporcionar um ambiente estimulador e de respeito para todas as crianças.

A educação é oferecida através de práticas educativas, e o sujeito aprende em vários contextos, ele aprende no âmbito da família, da comunidade, da sociedade, da igreja, do trabalho, na escola, porém a escola é uma instituição diferente das demais, é uma prática educativa diferenciada, é uma educação formal, planejada, sistematizada, normatizada e que deve ser oferecida por um sistema educacional, ou como está posto na legislação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (BRASIL, LDB, 1996.)

A escola pratica um trabalho escolar intencional, é um espaço de apropriação do saber sistematizado, contextualizado, organizado e precisa acompanhar as necessidades sociais, pois o mundo está sempre em constante

transformação e é indispensável que se olhe para essas transformações para que a escola não se torne inútil, obsoleta, retrógrada e que forme cidadãos sem valores e sim que se eduque com objetivos de desenvolver e capacitar seus alunos integralmente, oferecendo uma formação para a cidadania e para o mundo do trabalho.

Existem funções essenciais da escola que é ensinar; humanizar; socializar, mas a socialização nem sempre vai ocorrer de forma harmônica, podem existir muitos conflitos e é onde a escola precisa ficar atenta para a resolução desses conflitos, caso contrário pode acabar gerando o preconceito, e a exclusão de certas crianças. É necessário assumir e valorizar a cultura da própria comunidade, isso faz parte do processo de construção da cidadania, reforçando a identidade da comunidade, ajudando a superar as suas dificuldades, a combater as práticas desiguais, opressoras, injustas e a lutar em um cenário onde o que prevalece são as relações de poder; garantir o acesso ao saber sistematizado para que o sujeito possa exercer sua cidadania de forma autônoma, consciente e crítica e assim transforme o mundo.

Hoje a escola está diante das revoluções científicas; tecnológicas; informacional; de processos de globalização e de inversões de valores, baseado no consumo, no trabalho, na convivência e no meio ambiente; está diante de um cenário de desigualdade social, de concentração de renda.

O cumprimento de todas essas funções sociais da escola dependerá muito da organização e do desenvolvimento do seu currículo, portanto a forma como a escola vai executar esse currículo é fundamental, para saber o que e como vai ser ensinado para o aluno, que tipo de experiência e visão de mundo se vai levar para ele, de que forma a participação desse aluno vai ser incentivado na sociedade desde cedo, de que forma vai se desenvolver o senso crítico e tornar esses alunos mais investigativos para melhorarem a realidade que se vive, ou seja, a escola está diante de transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais, e por isso a importância de que se tenha uma gestão democrática e consequentemente um currículo democrático. A escola enquanto um ambiente de transformação para cumprir sua função social, deve prevalecer à participação democrática e permitir que se manifestem as diversidades já na primeira etapa escolar, prevalecendo temáticas que incluam a pluralidade de todas as crianças, sem excluir ninguém.

A escola não muda sozinha a realidade que se vive, mas ela precisa dentro das suas atribuições olhar para isso e romper com essa realidade o máximo possível, ajudando seus alunos a construírem uma sociedade melhor.

3. DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação das relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004, p. 31).

Diversidade é um conceito que abrange vários fatores, significa pluralidade, diferença, ou seja, é uma palavra que sempre esteve presente no dia-a-dia das pessoas, porque mesmo que não fosse discutido sobre a diversidade, ela não tem como não estar presente.

O Brasil é um país diverso, cheio de costumes, culturas, religiões e estilos de vida diferentes. Embora a sociedade queira impor padrões a serem seguidos, hoje em dia isso vem mudando bastante, porque a população que era dita como “fora do padrão” passou a reivindicar seus direitos, a trazer esse tipo de discussão para a mídia, rodas de conversa, salas de aula, a lutar por políticas públicas, ações afirmativas e mostrar que cada um tem o seu valor. Com isso, embora hoje se fale mais sobre, o preconceito e a discriminação ainda é muito grande, porque era uma população silenciada e que agora começa a ter mais voz e se impor mais diante de tanta intolerância, o que incomoda uma sociedade que se diz superior e em que o pré-julgamento é tão arraigado.

Um lugar onde o preconceito e a discriminação são sempre muito visíveis é nas instituições de ensino, lugar onde se convive com diferentes pessoas, e as pessoas não estão acostumadas com o que é diferente. Você precisa seguir modelos ou então sofre *Bullying* pelos demais colegas, seja pela religião, cor da pele, modo de se vestir, ou porque é gordo, magro, alto, baixo e tantas outras coisas, e o que pode levar a sérios danos psicológicos para quem passa por isso.

Trabalhar a diversidade e aproximar todas as crianças a todas as culturas é essencial, contribuindo não só para o conhecimento, mas principalmente para a autoestima dessas crianças, erradicando com o racismo institucional que é visto diariamente nas escolas e com o despreparo dos profissionais dessa área.

Munanga (2008) afirma que essa falta de preparo que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial compromete sem dúvida o objetivo fundamental de nossa missão, no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. Os profissionais precisam promover a igualdade racial,

valorizar a identidade de cada um e impulsionar a auto aceitação, ao invés de deixarem de lado essa temática, permitindo que o racismo continue a excluir.

Por isso a escola é o ambiente ideal para se discutir sobre a diversidade, é preciso passar valores para as crianças e ensinar a elas que o respeito ao ser humano está acima de qualquer coisa e que todos possuem diferenças, mas todos devem ter direitos iguais.

3.1 EDUCAR PARA A DIVERSIDADE

Um dos principais pontos que a instituição deve levar em consideração, principalmente nos dias de hoje, é educar para a diversidade. Durante muitos anos o tema 'diversidade' foi deixado de lado e em muitas escolas ainda é deixado. Não é só preparar a criança para que ela seja um cidadão que aprendeu todos os conteúdos que foram passados na educação infantil para simplesmente fazer com que ela gere mão de obra, e sim educar essa criança para que ela seja livre de preconceito, respeite as diferenças, valorize a cultura do outro e assim combater a intolerância que ainda é tão presente no mundo, mesmo já estando em pleno século XXI, e isso é um grande desafio para as escolas. Não se pode neutralizar esse tipo de temática, portanto é preciso lutar contra a violência ao que é considerado diferente e valorizar essas diferenças tratando todos da mesma maneira, sem excluir ou favorecer ninguém.

Apesar de uma sociedade marcada pela pluralidade, vivemos em um país com diferenças sociais gritantes, onde o índice de qualidade de vida dos negros é inferior ao dos brancos, crianças brancas e negras aprendem desde cedo que o fato de ser branca é uma vantagem, enquanto ser negro é desvantagem, e se a escola não levar essa discussão para dentro da sala de aula, ela vai reforçar o preconceito e tornar o sistema de educação uma expressão de desigualdade e não de dignidade e respeito pelo o outro.

A Educação Infantil é uma etapa fundamental no desenvolvimento da criança, e esse momento de cuidado e formação podem ter impactos significativos para o resto da vida, portanto trabalhar a valorização da identidade da criança já nos primeiros anos de vida é primordial, ela precisa se conhecer, ter consciência do próprio corpo, das suas origens, dos valores da sua família, da escola e ver no outro as diferenças de maneira positiva.

Se a escola não reconhece a diversidade, ela exclui e quando ela exclui, ela reproduz racismo, preconceito, ela nega o direito da outra pessoa existir, e o educador precisa estar atento a isso, pois é possível logo no começo da vida escolar valorizar a diversidade e promover a equidade.

Em concepção mais ampla, educar-cuidar vai muito além dos procedimentos físicos, ou de atividades com propósitos de desenvolvimento cognitivo; envolve o aspecto relacional, de construção de vínculo e o de compreensão da integralidade do ser humano e o respeito à diversidade. Assim, educar-cuidar é entendido como ajudar a crescer e se desenvolver de forma ampla. Nesse sentido, cuidado e educação são faces da mesma moeda, comprometidas com a transformação do ser humano, com seu desenvolvimento global. (CARVALHO, 2012, p.90).

A pergunta que se faz é: Por que pensar a diversidade na educação? A educação é um direito de todos, de acordo com a Constituição Federal de 1988, independentemente de qualquer coisa. Atualmente as escolas recebem uma gama muito diferente de alunos, e dependendo da região onde está localizada a diversidade é muito grande e os educadores precisam pensar e discutir a respeito dessa questão, porque as crianças trazem consigo a questão das diferenças de raça, de gênero, de etnias, e tantas outras, ou seja, uma gama de diversidades importantes para que o professor fique atento e desenvolva um trabalho de qualidade.

O grande desafio hoje dos professores é a sua parte metodológica, a prática pedagógica para que ele realmente consiga cumprir com o seu papel principal em sala de aula, que é o processo de ensino-aprendizagem. Hoje a escola tem uma função social a cumprir, e para que ela cumpra essa função social da melhor maneira, é necessário que o professor desenvolva atividades e tenha habilidades e competências para trabalhar de forma adequada com seus alunos e alunas, acolhendo e respeitando a pluralidade de cada um.

3.2 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA ESCOLA

Discutir questões étnico-raciais é um dos principais desafios dos educadores na atualidade, o sistema de ensino tem bastante dificuldade em lidar com preconceitos e discriminações na escola. Para evitar conflitos, muitos educadores preferem não discutir ou se posicionar sobre o racismo e a intolerância. Sem debates e mediações, escolas acabam neutralizando práticas discriminatórias, por

outro lado, crescem no Brasil movimentos para fortalecer o ensino de história e da cultura afro-brasileira e indígena, a implantação dessas questões no currículo escolar é fundamental para promover uma sociedade igualitária.

As Leis nº 10.639/03 e nº 11.654/08 tornaram obrigatório o ensino da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e ensino médio nas redes públicas e privadas, e de início a educação infantil ficou excluída, porém depois as temáticas passaram serem adaptadas no currículo escolar infantil.

Essas leis eram uma das principais reivindicações do movimento negro, que viveram anos com a sua história sendo relegada, gerando ainda mais um racismo estrutural grave e forte pela falta de informação, e a escola é um ambiente de troca de experiências que precisa ser livre de preconceitos, para isso essa temática deve estar inserida nas escolas ainda nos primeiros anos, pois as crianças não sabem o que é o racismo, embora ela tenha atitudes discriminatórias, porque elas aprendem pelo exemplo, se ela convive em um ambiente onde quem é negro sempre é tratado de forma negativa, ela vai aprender que um grupo é melhor que o outro e vai passar a reproduzir isso diariamente. A escola não pode permitir que isso aconteça e por isso é necessária uma intervenção pedagógica para que as descobertas das diferenças sejam orientadas corretamente. E cada criança deve ser conhecida e respeitada pelo que é.

O estudo de história da África e da cultura negra no Brasil nas escolas é básico e fundamental para todos os brasileiros e não só para a comunidade negra, pois o Brasil precisa se orgulhar de todas as partes que o formam. As instituições não podem deixar essa temática de lado, pois se trata dos povos que ajudaram a construir esse país, a formar nossa cultura, ou seja, é importante para compreender a própria história brasileira, professores e professoras não podem produzir narrativas, discursos, estereótipos que inviabiliza a presença africana, é preciso consolidar uma cultura antirracista nas escolas e na sociedade no geral.

3.3 A LEI Nº 10.639/03

A Lei Nº 10.639/03 é a lei que institui a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura Afro-brasileira e africana no ambiente escolar, principalmente nas áreas

de História, Literatura e Educação Artística e também instituiu o dia 20 de novembro no calendário escolar como “Dia nacional da Consciência Negra”.

Houve uma longa trajetória de luta do movimento negro no Brasil para que essa lei fosse aprovada, a luta dos negros africanos e afro-brasileiros é a luta de resistência mais longa da história. Em 2001, na África do Sul teve a Conferência de Durban, que foi uma grande conferência de combate ao racismo, discriminação racial e xenofobia. O Brasil estava presente e assinou um relatório final assumindo o compromisso de que iria combater o racismo no país, isso foi um impulsionador para que na entrada do governo de Luís Inácio Lula de Silva, em 2003, a lei fosse a primeira a ser sancionada, no dia 9 de janeiro.

Mesmo com a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888, pela Lei Áurea, até hoje não se aboliu uma mentalidade racista. O racismo não é um mero desvio de caráter, ele é uma ideologia que tem por função a dominação e a exploração do ser humano sobre ser humano. Tudo que é referente ao negro ao longo da história foi mostrado como negativo, a criança negra ao ser educada nesse processo, ela vai ter a autoestima totalmente prejudicada, porque o que ela vê é que ela “não” tem história; portanto ao trabalhar a educação das relações étnico-raciais, a gente desconstrói esses processos que colocam o negro em uma situação em que ele sente que não pertence à sociedade; a única maneira de ele pertencer à sociedade é abandonando a sua cultura, a sua história e adotando as manifestações brancas. Ao trabalhar a diversidade étnico-racial há uma intenção de reparação, reconhecimento e valorização das múltiplas culturas, valorizando o negro como pessoa negra e a sua história, que sempre foi tão silenciada e negada nos espaços escolares.

Nos conteúdos passados na escola o africano é reduzido somente a escravo, embora a escravidão seja algo muito importante de ser estudada, a história dos africanos não pode ser resumida apenas a isso, é preciso compreender a origem da nossa sociedade, e para isso é necessário estudar a África, pois lá é o berço da humanidade, é onde se concentra a história das civilizações. Então, se a população majoritária do Brasil é de origem africana, não faz sentido que esse estudo não esteja presente desde cedo nas salas de aula, pois é um processo de luta por justiça de uma enorme parcela da população brasileira, que sofreu e ainda sofre tanta discriminação. É necessário ampliar e ter um novo olhar sobre o mundo, não é apenas inserir um ou outro conteúdo, é transformar todo o ensino, e trabalhar

o tema de maneira estereotipada e simplista é um grande equívoco, pois a África produziu e espalhou muitos saberes pelo mundo.

Existe herança africana nas áreas de engenharia, arquitetura, dança, culinária, religião, música, existe a história da mitologia africana, sábios, pensadores, escritores, ou seja, existem muitos conteúdos que podem ser inseridos no currículo escolar, e para isso o professor precisa ter um preparo específico, ter materiais didáticos adequados, uma formação continuada para torná-los mais capacitados e, assim, transformarem a sua prática docente e fazendo da escola um ambiente plural e para todos.

3.4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAS

A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e das aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção 'transgressora', porque rompe com a ilusão de homogeneidade e provoca, quase sempre, uma espécie de crise de identidade institucional. (DCN, 2010, p. 20).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, apresentadas no parecer CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004, e instituídas pela Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, destinado aos administradores dos sistemas de ensino, as escolas, professores, famílias e a todos que se preocupam com a educação desse país, traz a importância de discutir as relações raciais e combater o racismo; bem como é um meio de reparação e de ação afirmativa em relação à população africana e afro-brasileira. A Diretriz mostra a necessidade de construir uma educação multicultural e de uma pedagogia antirracista.

A abolição em 1888 trouxe a libertação dos negros escravizados, mas não trouxe com ela nenhum projeto de interação dessa população negra, e isso inclui a questão do mercado de trabalho, da saúde e da educação. O acesso à escolarização dos negros pós-abolição foi muito dificultado, a dificuldade de acesso é maior, não se tem recursos suficientes, e isso infelizmente ainda acontece nos dias de hoje.

Uma das coisas mais importantes para que a Lei Nº 10.639/2003 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Relações Étnico-Raciais sejam de fato executadas, é a formação docente, os professores e professoras precisam muito incorporar os conteúdos que estão explícitos nesses documentos. E existe uma grande necessidade de reeducar para a compreensão das relações étnico-raciais, reeducação de postura, de valores, de atitudes. Por isso o professor precisa ter uma formação para além dos conteúdos propriamente ditos, precisa de uma formação para educar as relações, para saber o que precisa ser feito, como agir diante de um conflito étnico-racial, pois fingir que isso não existe, é reforçar que aquilo é permitido, é preciso fazer disso um compromisso e a escola incorporar isso no seu planejamento.

Cumprir a Lei é, pois, responsabilidade de todos e não apenas do professor em sala de aula. Exige-se, assim, um comprometimento solidário dos vários elos do sistema de ensino brasileiro, tendo-se como ponto de partida o presente parecer, que Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana junto com outras diretrizes e pareceres e resoluções, têm o papel articulador e coordenador da organização da educação nacional. (DCN, 2004, p.26).

Depois desses documentos, esses conteúdos são ensinados mais do que antes, porém menos do que de fato é recomendado ter nos currículos escolares em todos os níveis. Antigamente não se tinha professores capacitados, nem material didático, hoje em dia já se tem bastante recurso e material, livros de literatura infanto-juvenil, cursos de formação de professores, porém ainda está muito aquém do que os documentos propõem, que é que seja vigente em todas as escolas, seja pública ou privada.

Além de ser importante um investimento grande em formação continuada, porque os professores não tiveram o estudo de história da África em suas formações iniciais, é também importante porque é uma área permeada de preconceitos e mal-entendidos. Essa temática é uma temática transversal, que não é de responsabilidade de um professor ou de uma disciplina específica, ela tem que atravessar por todos os currículos, tem que haver uma interdisciplinaridade.

O preconceito esbarra em todos os elementos da cultura negra, e os africanos são vistos como selvagens, primitivos, visto como um povo sem história, e isso se trata de uma identidade atribuída por parte dos europeus para com os

africanos. A questão hoje é saber sobre a África e, particularmente, abandonar a perspectiva clássica, que é a centrada na Europa. Essa nova perspectiva que precisa ser pensada, é a de que a Europa não é mais o centro do mundo, não é mais o centro de produção do saber sobre o resto do mundo.

A Diretriz visa uma educação que desenvolva as relações humanas, por isso é tão importante a sua efetividade, junto a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e a Lei 10.639/03, todas tem por finalidade o respeito e a promoção dos direitos humanos, e considerando que o Brasil é uma nação com uma grande população de negros, e que existe um racismo institucional que os exclui dos direitos mais básicos da sociedade, esses documentos e leis são mais que necessários.

É preciso promover uma educação dignificante, que valorize a identidade e que, principalmente, mostre a verdadeira contribuição da população Afro-Brasileira para o desenvolvimento do país, que vai muito além da escravidão e de comemorar o dia da Consciência Negra. As escolas se limitam muito a data, e apenas isso não é a implementação do que afirma a Lei e a Diretriz, que prevê a inclusão pedagógica da história e cultura africana como atividade curricular normal, para que as outras pessoas, as outras crianças, além das crianças negras tomem conhecimento da importância e incorpore esse reconhecimento da contribuição dos povos de matriz africana para a história do país.

4. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de analisar as concepções de professoras acerca da diversidade étnico-racial na educação infantil e de como trabalhar esse tema com as crianças. Com o resultado da pesquisa, desejava analisar se as professoras da educação infantil estavam de fato cumprindo a lei e se elas compreendiam a importância de trazer essa temática desde essa etapa educativa. Para Minayo (2002, p. 43):

A metodologia geralmente é uma parte complexa e deve requerer maior cuidado ao pesquisador mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as opções e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico.

Os sujeitos da pesquisa foram professoras que atuam na educação infantil. Fizem parte da pesquisa dez professoras, cinco que trabalhavam em escola particular e cinco que trabalhavam em escola pública. As professoras da escola particular são professoras da escola onde atuo profissionalmente. As professoras que atuam na escola pública, uma delas havia sido colega de trabalho e o contato com as demais foi intermediado através da citada professora. Para que esta pesquisa fosse desenvolvida, foi usado um questionário aberto como instrumento de coleta de dados, além de conversas informais.

O questionário aberto tinha como objetivo saber o que as professoras da educação infantil entendiam sobre 'Diversidade étnico-racial'; se elas tinham alguma formação ou capacitação diante do tema e se não, se tinham algum interesse em estudar sobre; se elas achavam importante inserir essa temática no currículo escolar já na educação infantil; se a cultura negra era estudada e como era estudada nas unidades de educação infantil, e se não era como elas achavam que poderia ser trabalhado com crianças; se já tinha acontecido algum tipo de preconceito com relação a crianças negras nos centros de educação infantil; e se elas tinham conhecimento da Lei Nº 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para relações étnico-raciais.

As professoras levaram o questionário para responder em casa, e no dia que os questionários foram pegos, foi realizada uma conversa informal, a fim de tirar algumas dúvidas e saber mais sobre a importância que a professora tem na

formação de crianças que entendam a diferença do outro e saibam respeitar e interagir com todos igualmente.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentamos os resultados de pesquisa a partir das respostas das professoras ao questionário e o diálogo com o referencial teórico estudado sobre a temática de nosso estudo.

Após recolhermos os questionários com as professoras, as respostas foram analisadas e comparadas umas com as outras, por meio da análise e com o diálogo com a teoria. A partir das conversas informais que foram feitas com as professoras, já foi possível detectar as professoras que realmente se interessavam em trabalhar a temática e as que não demonstraram tanto interesse. Infelizmente a segunda opção é a mais vista, muitas não tinham muito conhecimento sobre o tema e as instituições em que trabalhavam não colocavam essas questões em consideração, se limitando apenas a trabalhar a temática em datas comemorativas.

Como afirmamos, participaram de nossa pesquisa 10 professoras, do sexo feminino, com idades variando entre 24 e 45 anos, todas possuem formação em nível superior em Pedagogia e cinco atuam em escolas públicas e outras cinco em escola particular, todas lecionam há mais de cinco anos.

Na primeira questão perguntamos: “O que você entende sobre diversidade étnico-racial?”.

Sobre isso, as professoras responderam:

“Trabalhar a diversidade étnico-racial, não deve se restringir ao dia 20 de novembro, como é conhecido ela deve ser inserida no currículo escolar em todas as áreas. Necessário para que eles tenham consciência da importância e influência da cultura africana na sociedade atual.” (Professora 1)

“Trabalhar como conteúdo pedagógico a questão histórica da cultura africana e afro-brasileira em sala de aula, para conhecer as contribuições que o negro trouxe para a nossa cultura. Trabalhar a diversidade em todas as áreas de conhecimento.” (Professora 3)

A maioria das professoras se expressou bem sobre o tema, entendendo que vivemos em uma sociedade multicultural, com pessoas de várias raças, de vários estilos e que juntos se forma a riqueza da nossa sociedade, cada um deve ser tratado de maneira igual, sem distinção, sem achar que um é melhor que o outro,

afinal somos todos seres humanos e devemos aprender uns com os outros para nos tornarmos pessoas melhores; se relacionando com o documento que afirma que:

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e superar preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. (DCN, 2013, p.87).

Na segunda pergunta: “Você tem alguma formação ou capacitação diante do tema ‘Diversidade Étnico-Racial, se não, tem algum interesse em estudar, fazer cursos sobre o tema?”. As professoras responderam:

“Não, mas tenho interesse em fazer cursos sobre o tema, mas não tenho tempo.” (Professora 2)

“Ampliar nossos conhecimentos é sempre bom, Eu não tenho capacitação no tema, mas acho interessante aprender cada vez mais.” (Professora 5).

Nenhuma das professoras tinha alguma capacitação sobre a temática e isso revela uma grande lacuna na nossa formação e conseqüentemente no sistema educacional. Todas elas afirmaram que tinham o interesse em aprender mais, mas se limitam a só falar do interesse. São professoras com anos de sala de aula e que ainda não tem o conhecimento necessário de como abordar o tema nas unidades de educação infantil da maneira correta, sem ser apenas em dias específicos, mas em todas as disciplinas, com histórias, músicas, danças, vídeos. Sabemos que existem várias maneiras, o que suas respostas nos passam é que também falta iniciativa, pois é preciso estar atento e sempre buscar novas fontes de estudos, uma vez que:

Além da formação inicial necessária e urgente, outra preocupação é com a formação continuada. Essa formação, mais do que a inicial, depende de questões institucionais, de modificações estruturais que possibilitem a construção coletiva e o desenvolvimento de um projeto compartilhado entre todos os profissionais das instituições. Questões de gerenciamento, estruturação da rotina, possibilidade de horas para reuniões, suficiência de materiais para o trabalho, constituem elementos importantes para uma ação mais efetiva. Apesar dos desafios institucionais, a implantação de formação continuada consistente é passo fundamental para alcançar a qualidade na educação infantil. (CARVALHO, 2012, p.89).

Na terceira pergunta: “Você considera importante inserir no currículo escolar esse tema já na Educação Infantil? Por quê?”.

As professoras responderam:

“Eu acho que sim. No mundo racista em que vivemos quanto mais cedo se conversar e ensinar as crianças sobre o tema, melhor será para o futuro dessa geração.” (Professora 4)

“Sim, contribuir para a construção de práticas na Educação Infantil a fim de promover a igualdade racial.” (Professora 6)

Todas responderam que sim. O que é importante pensar, é que não adianta se limitar a achar que é importante que o currículo tenha essa temática incluída, se não existe uma discussão entre professores e gestores para que de fato isso seja concreto, para que a gente tenha uma nova geração mais consciente, que valorize a diferença do outro sem discriminação e que cresça sabendo que todos devem ter os mesmos direitos, pois

Todas as crianças têm o direito de conhecer a história de seus antepassados, os locais de onde vieram e como eles contribuíram e contribuem para a construção de seu país. As culturas regionais e as diferentes formas de se viver são importantes para que as crianças se reconheçam como parte de um país diverso em culturas. Por meio de práticas pedagógicas que resultem em um currículo qualificado, a educação infantil pode fazer a diferença na construção de identidades positivas, e certamente contribuirá para que o ciclo perverso existente na realidade de crianças pequenas seja quebrado. (TRINIDAD, 2012 p. 129).

Na quarta questão: “A cultura negra é estudada na sala de aula da Educação Infantil? Se sim, como ela é trabalhada, se não, como você acha que esse tema poderia ser trabalhado com crianças?”.

As professoras responderam:

“Infelizmente esse tema só nos é apresentado como trabalho nas datas comemorativas.” (Professora 9)

“Infelizmente só se estuda esse assunto em datas comemorativas. Mas se houvesse oportunidade, existe uma enorme vontade em trabalhar o conteúdo no dia a dia. O material é muito extenso, mas uma boa forma de se trabalhar na Educação Infantil, é com livros.” (Professora 7)

“Não. De forma lúdica, mas com muita serenidade e verdade.” (Professora 10)

Mais uma vez as respostas não foram as que se esperava, já que estamos em 2018 e faz 15 anos que a Lei nº 10.639/03 foi sancionada, que obriga as escolas públicas e privadas a inserirem a história e a cultura afro-brasileira e africana,

alterando a configuração da nossa educação. É surpreendente ver que mesmo depois de tantos anos, as escolas ainda não colocaram esse tema com a devida importância nas salas de aula. Na educação infantil as crianças ainda estão formando a sua identidade, então trabalhar com elas desde cedo que o mundo é plural, é diverso, vai fazer com que se viva em uma sociedade mais justa, onde a cor da pele não sirva para dizer quem é melhor ou pior, é uma grande falha, perder a oportunidade de educar cidadãos com tolerância e uma mente aberta para o diferente, pois

No espaço de educação infantil, o desenvolvimento dessas práticas pedagógicas, voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial que caracteriza as crianças, deve ser compromisso de todos os envolvidos com a educação. Ou seja, no espaço de educação infantil, a responsabilidade por cuidar e educar deve ser tanto dos profissionais auxiliares quanto da direção, da coordenação e dos professores. Cada um desempenhando seu papel pode cooperar para uma educação para a promoção da igualdade étnico-racial. Entretanto, cabe ao professor um papel especial – ele deve ser organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que possibilitem às crianças a construção de formas diferenciadas de pensar, sentir e agir em relação a si e ao outro (TRINIDAD, 2012, p.129).

Na quinta pergunta: “As crianças da sua turma apresentam algum tipo de preconceito com pessoas negras?”.

As professoras responderam:

“Ainda são muito pequeninos. Nunca vi nada a esse respeito em sala de aula.” (Professora 8)

“Trabalho com crianças de quatro anos e já percebo algum preconceito em alguns. Acredito que vem da educação doméstica.” (Professora 5)

“Já tive a oportunidade de me deparar com várias crianças preconceituosas. Procurei sempre trabalhar de forma profissional, porém levando para sala de aula questões de igualdade, apesar de termos algumas diferenças.” (Professora 10)

As respostas foram bem mistas, 6 professoras disseram que nunca aconteceu e 4 professoras disseram que sim e que conversaram sobre o assunto, quando isso aconteceu. O ideal é que isso seja sempre trabalhado em sala de aula, pois se a professora finge que isso não acontece, ela vai reforçar esse tipo de atitude, e a escola é um ambiente de troca de experiência e de vivências, todas as crianças devem se socializar umas com as outras, independente de classe ou origem étnico-racial, por isso

O enfrentamento de tais indagações demanda que a educação infantil, como de resto a educação escolar como um todo, seja considerada a partir de dois ângulos distintos e complementares: o primeiro como espaço dentro do qual deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diversidade humana, adequando-se os espaços físicos, materiais didáticos e paradidáticos e preparando-se educadoras e funcionários para serem agentes de promoção da diversidade; o segundo ângulo situa a educação infantil como instrumento de transformação social no sentido em que prepara a infância para valorar positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade de tal sorte que a médio e longo prazo o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade. Isto é, não basta que a educação infantil não seja ela própria uma fonte de discriminação, cabendo-lhe também fomentar uma cultura de respeito recíproco e de convivência harmoniosa entre todos os grupos étnico-raciais, como também culturais e religiosos, entre outros. (SILVA JR, 2012, p. 71).

Na sexta e última pergunta: “Você conhece a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as relações étnico-raciais?”.

Todas responderam que “sim”, porém falta pôr em prática nos centros de educação infantil o que realmente propõe a Lei e a Diretriz, que vai muito além do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra. É preciso promover a igualdade e eliminar qualquer tipo de discriminação.

Ainda fazendo uma análise geral da pesquisa que foi feita, unindo às respostas dos questionários com as conversas informais com as professoras, enxergamos muitas lacunas na educação no que se refere ao estudo da história e cultura afro-brasileira e africana.

As professoras dizem que compreendem a importância do tema, mas que se sentem limitadas na hora de trabalhar, falam da falta de materiais e recursos para isso, porém hoje já se tem uma grande variedade de ferramentas que podem ser utilizadas, mas é preciso aprender a fazer a diferença na vida das crianças. Muitos acham que a criança é muito pequena para estar diante dessa temática e que entre elas não existe o preconceito, porém isso é um equívoco, o preconceito já é algo enraizado da nossa cultura, e como elas aprendem através do exemplo, e os exemplos que muitas vezes elas crescem vendo em casa, na televisão, no dia a dia, é que existe uma hierarquização e que o negro é o excluído, enquanto o branco é sempre privilegiado, portanto o adulto, a professora, e a escola precisam mostrar bons exemplos para mudar a sociedade que vivemos diante de tanta desigualdade e intolerância, pois precisamos começar pelas crianças, uma vez que elas são o futuro do país.

Um outro ponto importante, é que as professoras das escolas particulares disseram que sentem mais dificuldades ainda do que as professoras de escolas públicas, isso porque muitas escolas acham que por serem privadas podem dar o conteúdo que quiserem e da maneira que quiserem, e as professoras se sentem limitadas em argumentar, em sugerir ideias, pois existe uma grande rejeição com relação a esse tema, o que gera mais falta de conhecimento e, conseqüentemente, mais exclusão da população negra.

Já nas escolas públicas foi relatado pelas professoras que existem projetos em que a diversidade é abordada, porém é mais abordado no ensino fundamental, na educação infantil ainda é tratado poucas vezes. Levando isso em consideração, foi perceptível que as professoras tinham bastante dificuldade em trabalhar o tema na educação infantil e que não se sentiam seguras o suficiente, por isso a formação continuada é tão importante.

Existem diversas possibilidades de se trabalhar as questões raciais na educação infantil, como por meio de contações de histórias como: “Bruna e Galinha D’angola”; “O cabelo de Lelê”; “Menina Bonita do Laço de Fita”; e tantos outros exemplos. Pode se fazer releituras desses livros em cartazes, fazer rodas de conversas com as crianças para conversar sobre o tema, mostrar vídeos, brinquedos de origem africana, bonecos e bonecas negros, levar comidas africanas para a sala de aula, mostrar música, danças e artes plásticas que vieram da África. Ou seja, são inúmeras as possibilidades, e a escola precisa mudar suas práticas pedagógicas e contribuir para uma formação inicial de qualidade, desenvolvendo metodologias, estratégias e atividades que agucem nas crianças o respeito mútuo, valorizando a diversidade cultural e as várias formas de ver o mundo, respeitando os outros e a si mesmo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde muito cedo, podemos aprender e conhecer diferentes realidades e compreender que a experiência social do mundo é muito maior do que a nossa experiência local, e que este mesmo mundo é constituído e formado por civilizações, histórias, grupos sociais e etnias ou raças diversas. É também bem cedo em sua formação que as crianças podem ser reeducadas a lidar com os preconceitos aprendidos no ambiente familiar e nas relações sociais mais amplas. (BRASIL, 2014, p.15).

Após o término da pesquisa e dos resultados observados podemos concluir que educação étnico-racial deve ser trabalhada nas instituições escolares, em todas as faixas etárias, iniciando na educação infantil e se aprofundando no ensino fundamental. A minha inquietação diante dessa temática é por ver e vivenciar no dia a dia que um tema tão importante para se trabalhar desde cedo com crianças que ainda estão aprendendo sobre a vida e aprendendo sobre o outro não só não é trabalhada como muitas vezes não é nem pensada em se trabalhar, não é levado em consideração que é preciso começar a erradicar desde cedo com o preconceito, para que as crianças cresçam sabendo respeitar a todos e todas.

A luta para que de fato a Lei Nº 10.639/03 seja inserida nas unidades de educação infantil ainda continua, pois vivendo em um país multicultural, essa temática precisa se tornar mais forte e constante nas escolas, para poder se ter resultados gratificantes de que o ensino pode modificar essa sociedade discriminatória, formando crianças livres de preconceito, capazes de respeitar e de viver em harmonia com os outros.

Com a pesquisa feita com as professoras e através de estudos, se percebe a necessidade de se prezar por uma formação, tanto inicial como continuada, que discuta e valorize a temática, para que as professoras tenham mais acesso a materiais didáticos e percam a insegurança de trabalhar esse tema, para que despertem desde cedo o interesse das crianças com a história e cultura afro-brasileira e africana, ensinando a valorizar cada herança deixada pelos africanos, tornando as diferenças como algo a se aprender com o outro.

Muitos acham que por serem crianças, elas não tratam as outras crianças de maneira diferente, porém isso acontece sim já nos primeiros anos de vida. Vivemos em uma sociedade onde é imposto um eurocentrismo a todo custo, onde o branco é visto como bom e o negro como ruim, gerando agressões verbais e até físicas, prejudicando a autoestima da criança, que passa a negar sua cultura e a querer se

encaixar nos padrões culturais que são impostos, por isso que é tão importante esse estudo tanto para crianças negras como brancas, para que a poluição negra se sinta inserida e reconhecida na sociedade. A sua verdadeira história e a sua contribuição para a população brasileira precisam ser contadas, para isso o currículo escolar precisa ser modificado e focar em uma educação que leve em conta a igualdade racial.

A escola é multicultural e cheia de ideologias, existem diferentes religiões, crenças, etnias, gêneros e as nossas crianças são o reflexo da realidade e da sociedade, portanto o professor e a professora precisam saber quem é essa criança, de onde ela vem, que histórias ela carrega para promover o diálogo na sala, através de rodas de conversas, para que desde cedo se tenha o contato com a diversidade de maneira explícita e natural, trazendo diferentes estratégias, como: jogos, brincadeiras, músicas, dança, contação de histórias que mostre de maneira prazerosa como é essencial esse estudo da cultura negra.

As leis, documentos e diretrizes que orientam o trabalho pedagógico na Educação Infantil precisam sair da teoria para a prática dentro da sala, é necessária uma mudança de atitude para promover uma nova postura educacional que amplie o conceito de diversidade e que reconheça o pluralismo brasileiro.

Diante disso, reconhecemos que esse trabalho foi apenas um estudo breve, porém muito útil para ratificar a importância de se estudar a diversidade étnico-racial na educação infantil, eu pude aprender mais sobre a Lei 10.639/03, ter uma visão mais ampla sobre o assunto e de como podemos trabalhar com crianças sobre a diversidade para garantir uma nova geração para o futuro.

Espero que esse estudo possa colaborar, para que todos os interessados na temática, principalmente educadores e educadoras da Educação Infantil, possam refletir sobre como podemos contribuir para uma educação sem preconceitos e racismo, que ainda é tão forte em nossa sociedade, e promover um ambiente escolar acolhedor e de respeito para todos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Práticas pedagógicas para igualdade racial na educação infantil**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades, CEERT, 2011.

_____. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de estudos das relações do trabalho e Desigualdades- CEERT, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB N° 20/2009**. Brasília: CNE, 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB N° 05/2009**. Diretrizes curriculares Nacionais para a educação infantil. Brasília: CNE, 2009.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico- raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: CNE, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília. Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e Inclusão. **História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Infantil**. Brasília, MEC/ SECADI, UFSCar, 2014, 144p

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8069**. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília: Diário Oficial da União, 13 jul. 1990.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 20 dez. 1996.

_____. Presidência da República. **Lei Federal nº 10.639/03**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 10 jan. 2003.

KUHLMANN Jr. Moysés. **Infância e educação infantil**: Uma abordagem histórica. Porto Alegre; Mediação, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SILVA, Carmen Silvia Bissolli; MACHADO, Lourdes Marcelino (organizadoras). **Nova LDB**: trajetória para a cidadania? São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

CARVALHO, Silvia Pereira de. Os primeiros anos são para sempre. In: **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Maria Aparecida Silva Bento (organizadora). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 81-97.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Maria Aparecida Silva Bento (organizadora). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 119 – 137.

SILVA JR, Hédio. Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: **Educação infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Maria Aparecida Silva Bento (organizadora). São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 65 – 80.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Orientação para Alunos)

Prezado (a) Professor (a):

Esta pesquisa é sobre “A diversidade étnico-racial na Educação Infantil” e está sendo desenvolvida por Aylin Meira de Farias aluna do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é analisar as concepções das professoras acerca da diversidade étnico-racial e de como trabalha-la na Educação Infantil.

Solicitamos a sua colaboração para responder o questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora: Aylin Meira de Farias – (83) 98775-6444

APÊNDICE 2



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALUNA: AYLIN MEIRA DE FARIAS

Caro(a) Professor(a),

Este questionário é parte de uma pesquisa sobre meu Trabalho de Conclusão de Curso. Por favor, responda as questões abaixo. Desde já, agradeço por sua colaboração!

01) Idade: _____

02) Sexo: Masculino () Feminino ()

03) Turma: _____

04) Tempo que leciona: _____

05) O que você entende sobre 'Diversidade Étnico-racial'?

06) Você tem alguma formação ou capacitação diante do tema 'Diversidade Étnico- racial', se não, tem algum interesse em estudar, fazer cursos sobre o tema?

07) Você considera importante inserir no currículo escolar esse tema já na Educação Infantil? Por quê?

08) A cultura negra é estudada na sala de aula da Educação Infantil? Se sim, como ela é trabalhada, se não, como você acha que esse tema poderia ser trabalhado com crianças?

09) As crianças da sua turma apresentam algum tipo de preconceito com pessoas negras?

10) Você conhece a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as relações étnico-raciais?

Muito obrigada!